

# MIGRAÇÕES, DESRURALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E VIOLÊNCIA EM SANTA CATARINA

Juliano Giassi Goularti<sup>15</sup>

## RESUMO:

O objetivo deste trabalho é discutir as migrações no Estado de Santa Catarina no período das últimas décadas. Com base nos dados disponibilizados pelo Censo, é possível relacionar o aumento das migrações com o processo de urbanização e o surgimento da problemática urbana, como por exemplo, a violência que será apresentada através do relatório do Mapa da Violência. Pelos dados, verifica-se que as cidades que apresentam um maior grau de complexidade industrial como Joinville, Blumenau, Florianópolis, Itajaí, Chapecó e seu *hinterland* são as mais procuradas pelos migrantes e as que mais tiveram crescimento de sua população muito acima da média estadual. Por outro lado, as cidades com menor grau de desenvolvimento perderam população residente. Embora Santa Catarina não seja uma grande metrópole a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza etc... o Estado não está inerente ao chamado caos urbano.

**Palavras chaves:** Migrações; Urbanização; Santa Catarina.

## MIGRATION, DERURALIZATION, URBANIZATION AND VIOLENCE IN SANTA CATARINA STATE

### ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss the migration in Santa Catarina state in the last decades. Based on data provided by the national census it is possible to relate the migration expansion to the process of urbanization and the emergence of urban issues, such as violence to be presented through the Violence Map Report. From the data, it turns out that the cities that have a higher degree of complexity as industrial Joinville, Blumenau, Florianópolis, Itajaí, Chapecó and its hinterland are the most sought after by migrants and that most of its population grew well above the state average. On the other hand, cities less developed lost residents. Although Santa Catarina is not a major metropolis example of São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza, the state is not inherent in the so-called urban chaos.

**Key words:** Migration; Urbanization; Santa Catarina.

---

<sup>15</sup> Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Email: jggoularti@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Trabalhando com os dados disponibilizados pelo Censo, o objetivo deste artigo é analisar a mobilidade espacial em Santa Catarina na segunda metade do século XX e na primeira década do século XXI. No que tange a mobilidade espacial da população, em especial, a migração interna, é um fenômeno estrutural que segue o processo de industrialização e por melhores condições de vida. Através do relatório do Mapa da Violência também será discutido a evolução dos indicadores de violência no Estado.

As transformações econômicas coordenadas pelo Estado a partir de 1960 imprimiram uma nova dinâmica onde o espaço urbano passa a concentrar a maior parte da população. Com o crescimento econômico e o processo de industrialização pesada, a integração física territorial associada ao crescimento do mercado, cidades como Joinville, Blumenau, Florianópolis e seu *hinterland* cresceram muito acima da média estadual. Embora a conurbação urbana e o número de habitantes em Santa Catarina serem proporcionalmente inferiores as conurbações das grandes cidades brasileiras, a violência, a pobreza urbana e a construção de moradias em morros, encosta de morros e áreas de riscos também ocorrem no estado catarinense.

A economia catarinense torna-se, fundamentalmente, urbana e industrial e se expande em direção ao Litoral. Demonstrações de dados do Censo revelam que as cidades como Joinville, Florianópolis, Blumenau que apresentam um maior grau de complexidade industrial cresceram acima da média estadual. Estas três cidades que em 1970 representavam 4,34%, 4,77 e 3,46%, respectivamente, da população catarinense, passaram para 8,34%, 6,82% e 5,00% em 2010. No mesmo período, cidades como Lages, Tubarão, e Concórdia que representavam 4,44%, 2,30% e 1,57% da população de Santa Catarina em 1970, passaram a representar 2,54%, 1,57% e 1,11% em 2010.

Quanto aos fluxos migratórios, entre 1995 e 2000, 199.653 pessoas escolheram o estado de Santa Catarina para viver, enquanto cerca de 140 mil saíram. Dados do período 2005 e 2010 revelam um crescimento de 59,01% no total de pessoas que saíram de seus estados para morar em Santa Catarina, tendo a Capital como destino preferido. No período destaca-se também a imigração de mais de 20 mil estrangeiros. Para tanto, enquanto que os fluxos migratórios até os fins da década de 1970 era uma esperança de uma vida melhor, pós 1980 era uma forma de sobrevivência (CANO, 2008). Entretanto é preciso entender que as

migrações obedecem às especificidades do desenvolvimento econômico e da metamorfose da sociedade.

Este novo perfil da sociedade catarinense carrega consigo traços da violência e de fortes desequilíbrios regionais e sociais. Sem considerar a especulação imobiliária que é extremamente prejudicial para as cidades, uma vez que tem por finalidade a segregação socioespacial, ao conservar os lotes centrais e nobres valorizando o seu custo e exportando os pobres para bairros periféricos.

## **2. DESRURALIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL**

Ao contrário do Brasil, onde o padrão de ocupação rural ao longo de vários séculos foi extensivo (baseado em grandes extensões de terras), em função de sua condição colonial e, mais tarde, de país primário exportador, o estado de Santa Catarina foi constituído na pequena propriedade. A partir de meados do século XX, em sintonia com o crescimento da produção industrial e ampliação do mercado nacional, as cidades catarinense começam a se expandir. O grande salto ocorreu com o desenvolvimento da infraestrutura, especialmente transportes e energia elétrica, a partir do PLAMEG durante a administração de Celso Ramos (1961-1965). Desta forma, houve uma reconfiguração da rede urbana, determinando uma nova geografia econômica e regional. Neste período, 50,41% da estrutura da renda interna era oriunda da agricultura, enquanto que 20,72% da indústria e 28,91% do setor de serviços, e 68,18% da população viviam no meio rural.

A integração físico-territorial e a formação do sistema nacional de economia de mercado têm como base a infraestrutura, especialmente transportes, energia e telecomunicações. Os traçados das novas vias de transporte (ferrovias, rodovias, vias de navegação, linhas aéreas) tiveram impactos decisivos sobre o sentido dos fluxos e sobre a integração da economia e da sociedade brasileiras. A partir dos investimentos coordenados pelo Estado durante a execução do PLAMEG (1961-1965), PLAMEG II (1966-1970) e do Projeto Catarinense de Desenvolvimento (1971-1974), em sintonia com o crescimento da produção industrial e ampliação do mercado nacional, as cidades catarinense na faixa litorânea (Florianópolis, Joinville, Blumenau, Itajaí e arredores) se expandem (DINIZ, 2005).

Entre os anos de 1960 e 2010 as principais determinações do processo de urbanização em Santa Catarina decorreram basicamente da industrialização, da especialização regional e das políticas de desenvolvimento regional desigual. Após a política de planejamento dos anos

1960 e 1970 houve alterações sobre as determinações que agem sobre os processos de migração da zona rural para o meio urbano. A indústria e o comércio crescendo sua participação na riqueza iniciam-se um processo de migração de trabalhadores do meio rural para as cidades. Segundo dados do IBGE (2011), a taxa de urbanização no Estado passou de 21,32% em 1940 para 59,41% em 1980 e 83,90% em 2010.

Ao contrário da maioria das sociedades capitalistas ocidentais, a urbanização brasileira se deu num ritmo muito acelerado. Num período de 50 anos (1950-2000) o grau de urbanização subiu do patamar de 36,16% para 85,10%. Assim a urbanização acabou gerando uma exclusão urbanística, ou como sugerida por Cano (2008), uma “arrebentação urbana”, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano que é ignorada na representação da cidade oficial. Ligado ao desenvolvimento da economia de mercado, o fenômeno passa pela criação de novas indústrias que por sua vez faz aumentar consideravelmente a procura de empregos nas cidades, as quais já apresentam um maior grau de desenvolvimento e de complexidade industrial.

Tabela 1 – População residente, por situação do domicílio em Santa Catarina, 1940 e 2010

<b>ANOS</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>(% Total)</b>	<b>Rural</b>	<b>(% Total)</b>
1940	1.178.340	253.717	21,53	924.623	78,47
1950	1.560.502	362.717	23,24	1.197.785	76,76
1960	2.118.116	673.981	31,82	1.444.135	68,18
1970	2.901.734	1.246.043	42,94	1.655.691	57,06
1980	3.627.933	2.154.238	59,38	1.473.695	40,62
1991	4.541.994	3.208.537	70,64	1.333.457	29,36
2000	5.356.360	4.217.931	78,75	1.138.429	21,25
2010	6.248.436	5.247.913	83,99	1.000.523	16,01

Fonte: IBGE, vários anos.

Em Santa Catarina, nos últimos 70 anos a população mais que quintuplicou, subindo de 1.178 milhões de habitantes em 1940 para 6.248 milhões em 2010. Segundo previsões do IBGE, o estado deverá alcançar 7 milhões de habitantes em 2017 e 8 milhões em 2030. Enquanto que os municípios que mais cresceram nas últimas décadas se situam próximos à faixa litorânea, os que mais sofreram perdas populacionais se situam na mesorregião Oeste. Registra-se também que entre 1970 e 2010 houve pouca alteração na lista dos dez maiores municípios. O ponto a ser levantado é que na década de 1970 os dez maiores municípios

representavam 29,12% da população catarinense e em 2010 passaram a concentrar 39,70%, um crescimento de 36,53%.

### 3. MIGRAÇÕES E URBANIZAÇÃO

O resultado desse processo de urbanização está se refletindo na crise urbana, embora a urbanização seja inevitável, não foi por falta de planejamento, planos e legislações urbanísticas que as cidades cresceram e estão crescendo de forma desordenada (MARICATO, 2000). A velocidade e o adensamento urbano – notadamente em Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José e Criciúma – amplificaram as tensões sociais, desencadeando, no plano político, uma crescente massa de reivindicações com fortes conteúdos de justiça social derivado da segregação e exclusão social.

Tabela 2 – População das dez maiores cidades catarinenses, 1970 e 2010

<b>Municípios</b>	<b>Censo 1970</b>	<b>Censo 1980</b>	<b>Censo 1991</b>	<b>Censo 2000</b>	<b>Censo 2010</b>	<b>Crescimento 1970-2010</b>
Santa Catarina	2.901.660	3.628.292	4.541.994	5.356.360	6.248.436	112,93
Florianópolis	138.337	187.880	255.390	342.315	421.240	204,50
Lages	128.728	155.295	151.235	157.682	156.727	21,75
Joinville	126.058	235.803	347.151	429.604	515.288	308,77
Blumenau	100.275	157.251	212.025	261.808	309.011	208,16
Criciúma	81.452	110.597	146.320	170.420	192.308	136,10
Tubarão	66.876	75.242	95.062	88.470	97.235	45,40
Itajaí	63.139	86.456	119.631	147.494	183.373	190,43
Chapecó	49.865	83.772	123.050	146.967	183.530	268,05
Concórdia	45.465	59.426	64.338	63.058	68.621	50,93

Fonte: IBGE, vários anos.

A demonstração dos dados revela que as cidades como Joinville, Florianópolis, Blumenau, que apresentam um maior grau de complexidade industrial, cresceram acima da média estadual e do crescimento dos municípios com menor grau de complexidade industrial. Estas três cidades, que em 1970 representavam, sucessivamente, 4,34%, 4,77% e 3,46% da população catarinense, passaram para 8,34%, 6,82% e 5,00% em 2010. No período destaca-se o crescimento populacional abaixo da média de Lages, Tubarão e Concórdia. Estes municípios que em 1970 representavam 4,44%, 2,30% e 1,57% da população de Santa Catarina, passaram a representar 2,54%, 1,57% e 1,11% em 2010. No geral, Joinville, Florianópolis, Blumenau, que representavam 12,57% da população estadual em 1970,

passaram a representar 20,16% em 2010. Enquanto que Lages, Tubarão, e Concórdia passaram de 8,31% para 5,22% no mesmo período.

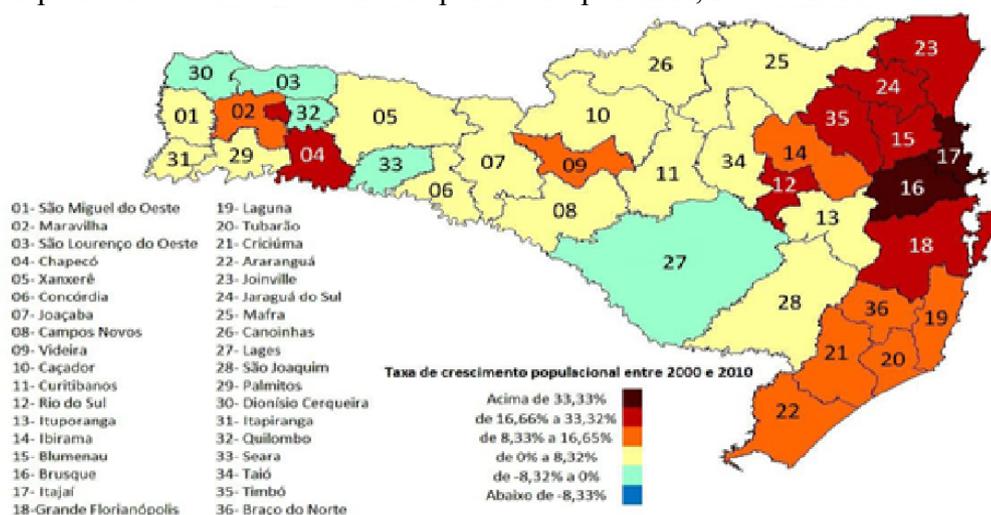
Tabela 3 – Participação dos dez maiores municípios na população catarinenses, 1970 e 2010

<b>Municípios</b>	<b>Censo 1970</b>	<b>Censo 1980</b>	<b>Censo 1991</b>	<b>Censo 2000</b>	<b>Censo 2010</b>	<b>Crescimento 1970-2010</b>
Florianópolis	4,77	5,18	5,62	6,39	6,82	43,00
Lages	4,44	4,28	3,33	2,94	2,54	- 42,82
Joinville	4,34	6,50	7,64	8,02	8,34	91,97
Blumenau	3,46	4,33	4,67	4,89	5,00	44,72
Criciúma	2,81	3,05	3,22	3,18	3,11	10,88
Tubarão	2,30	2,07	2,09	1,65	1,57	- 31,72
Itajaí	2,18	2,38	2,63	2,75	2,97	36,39
Chapecó	1,72	2,31	2,71	2,74	2,97	72,85
Concórdia	1,57	1,64	1,42	1,18	1,11	- 29,12

Fonte: IBGE, vários anos.

Dados do Censo 2010 revelam ainda que dos 25 maiores municípios apenas Lages teve perda de população residente. Observa-se também que decorrente do processo de migração, o conjunto dos municípios compreendidos pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) de Quilombo sofreu uma perda populacional de 7,31%; Lages 2,10%; São Lourenço do Oeste 0,90%; Seara 0,82% e Dionísio Cerqueira 0,64%. O Censo 2010 revela que em 23 das 36 regiões de SDR o município sede cresceu mais que a média do restante dos municípios, e em 13 delas o município sede cresceu menos (IBGE, 2011).

Mapa 1 – Taxa de Crescimento Populacional por SDR, 2000 e 2010



Fonte: IBGE, 2011.

Como resultado da criação de novos municípios, nos últimos 20 anos (1990-2010), o número de municípios com população entre 1 e 3.000 mil habitantes cresceu de nove para 55. Dos 76 novos municípios criados no período considerado, 47 deles foram criados com população até 3.000 mil habitantes. Hoje 58,36% dos municípios catarinenses possuem população de até 10.000 mil habitantes, contra 54,08% em 1970. Atualmente 12 municípios possuem população acima de 100.000 mil habitantes e somente 1 acima de 500.000 mil. Em 1970 eram 4 os municípios com população acima de 100.000 mil habitantes e nenhum acima de 500.000 mil. Uma observação requer destaque: Lages representava 4,44% da população catarinense em 1970, passando para 2,54% em 2010. Já Joinville passou de 4,34% em 1970 para 8,34% em 2010. Registra-se também que o estado possui 36 municípios costeiros que representam  $\frac{1}{3}$  da população catarinense, com uma densidade demográfica de 187 hab/km<sup>2</sup>, comparativamente à densidade demográfica do Estado que em 2010 era de 65,27 hab/km<sup>2</sup>, ante 56,14 em 2000, 47,61 em 1991 e 38,00 em 1980. Se, por um lado, a maior densidade demográfica concentra-se na região da Foz do Itajaí (196,94) e Grande Florianópolis (158,61), por outro, a menor concentração esta na região Serrana (18,22) e Meio Oeste 34,15 (IBGE, 2011b).

Outra observação que chama atenção é que de 2000 para 2010 cresceu de 47 para 55 o número de municípios com população de 1 até 3.000 mil habitantes, ao mesmo tempo em que houve diminuição de 41 para 29 do número de municípios com população entre 5.001 até 7.000 mil habitantes, o que indica que houve uma migração da população residente, isso porque houve pouca alteração na estrutura da tabela 4. Comparando-se, ainda, os dados do

Censo de 2000 com os dados do Censo de 2010, verifica-se que, no ano de 2010, dos 293 municípios catarinenses, 99 deles registram perdas populacionais. O maior crescimento se deu em Joinville, Florianópolis e Blumenau, com um aumento populacional de 85.684 mil, 78.925 mil e 47.203 mil, respectivamente. Já a maior perda se deu em Correia Pinto, Imaruí e Anita Garibaldi, um saldo negativo de 2.241 mil, 1.732 mil e 1.650 mil, respectivamente. (IBGE, 2000; 2011).

Tabela 4 – Número de municípios por escalonamento populacional

<b>Escalonamento</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
De 1 até 3.000 mil	10	8	9	47	55
De 3.001 até 5.000 mil	28	29	36	59	53
De 5.001 até 7.000 mil	28	24	23	41	29
De 7.001 até 10.000 mil	40	39	43	35	34
De 10.001 até 15.000 mil	37	33	37	42	41
De 15.001 até 20.000 mil	20	18	19	19	20
De 20.001 até 25.000 mil	13	15	10	11	13
De 25.001 até 30.000 mil	3	7	9	3	7
De 30.001 até 40.000 mil	7	9	7	9	9
De 40.001 até 50.000 mil	4	5	8	8	5
De 50.001 até 70.000 mil	2	1	6	6	12
De 70.0001 até 90.000 mil	1	4	1	3	2
De 90.001 até 150.000 mil	3	1	5	4	5
De 150.001 até 200.000 mil	-	3	1	3	4
De 200.001 até 300.000 mil	-	1	2	1	1
De 300.001 até 500.000 mil	-	-	1	2	2
Acima de 500.001 mil	-	-	-	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>196</b>	<b>197</b>	<b>217</b>	<b>293</b>	<b>293</b>

Fonte: IBGE, vários anos.

Nesta direção, em 1970 a região Oeste do Estado que representava 25,70% da população estadual, passou para 19,60% em 2010; a região Sul de 17,20% para 14,80%; a região Serrana de 11,10% para 6,80%; a região Norte de 14,70% para 19,40%; o Vale do Itajaí de 19,90% para 23,50%; e a região da grande Florianópolis de 11,30% para 15,70%. Em resumo, as regiões Oeste, Sul e Serra perderam participação no total da população enquanto que as regiões Norte, Vale do Itajaí e grande Florianópolis aumentaram sua participação. Podemos dizer que as regiões que foram se constituindo com maior grau de complexidade industrial, que foram desenvolvendo as forças produtivas e que apresentam uma maior

*Divisão Social do Trabalho* passaram a concentrar a maior parte da população de Santa Catarina.

Com isso, nota-se que a ampliação e melhoria dos sistemas de transportes e de comunicações fortalecem a integração econômica das regiões economicamente mais desenvolvidas, reforçando a concentração espacial das indústrias, dos serviços, da produção, do consumo e da população. E esta tem sido uma das características marcante da história brasileira e catarinense a partir da década de 1960. Desta forma é preciso entender que as migrações não têm somente consequência para o desenvolvimento regional, mas também implicações importantes para a estrutura das desigualdades. Nessa perspectiva, é que

O movimento migratório revela o movimento de constituição das disparidades e desigualdades espaciais. E, sobre este espaço desigualmente organizado e articulado compreende a coexistência de processos espaciais, donde novos e outros tipos de fluxo migratórios se realizam. A lógica permite aceitar que a existência das desigualdades regionais permitiria assumi-las como fato principal da origem das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas (MENEZES, 2000, p. 3).

Quanto aos fluxos migratórios, entre 1995 e 2000, 199.653 pessoas escolheram o estado catarinense como endereço, enquanto outras 139.667 saíram de Santa Catarina. O saldo positivo de 59.986 moradores a mais deixou Santa Catarina como o terceiro mais procurado, atrás apenas de São Paulo (339,9 mil) e Goiás (202,8 mil). Os dados do período 2005 e 2010 revelam um dado ainda maior: o crescimento de 59,00% no total de pessoas que saíram de seus estados para morar em Santa Catarina, fato que elevou para 174.112 a mais o quadro populacional do Estado. A Capital foi à cidade catarinense que recebeu mais migrantes de Rondônia, Amazonas, Pará, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. O maior número de migrações veio do Rio Grande do Sul (16.439 pessoas), seguido pelo Paraná (6.930 pessoas) e São Paulo (6.176 pessoas) (IBGE, 2011).

Entre 2000 e 2010 Santa Catarina foi o estado que recebeu o maior volume de migrantes de outros Estados e imigrantes de outros países segundo dados da Amostra do Censo Demográfico 2010. No Brasil, de 2000 a 2010, 11.316.720 pessoas trocaram de Estado, contra 9.909.119 na década anterior. Destaque que no período 2000-2010, 638.494 mil (5,60%) migraram para Santa Catarina. Com uma população de 6.248.436 habitantes, 5.130.746 são naturais de Santa Catarina, enquanto que 1.117.690 nasceram em outro estado, ou mesmo no exterior. Motivado por oportunidade de trabalho, a última amostragem do

Censo registrou que Santa Catarina recebeu 638.494 pessoas de outras regiões do país e do exterior (IBGE, 2011; 2011b).

A sociedade brasileira se urbaniza e na década de sessenta a população urbana supera a rural. As maciças migrações internas transitam pelo mercado de trabalho nacionalmente integrado acelerando, ao mesmo tempo, o processo de urbanização e metropolização. Esse novo perfil da sociedade brasileira, urbana, metropolitana e industrial, tem a marca estrutural das migrações internas que, simultaneamente, colaboraram para a constituição de uma sociedade nacionalmente integrada, mas com fortes desequilíbrios regionais e sociais (BRITO [et. al] 2012, p. 7).

Em Balneário Camboriú observa-se que 79,23% dos moradores não nasceram no município, isso quer dizer, são migrantes. Em Florianópolis, apesar da metade da população não ter nascido na cidade, os números derrubam um mito, o “manezinho” não é raridade porque ele representa 48,29% das pessoas que vivem na Capital. O município mais catarinense do estado é Atalanta. Situado no Vale do Itajaí e colonizado por italianos e alemães, lá moram 3.300 habitantes, sendo que 99,43% deles nasceram no próprio estado. Depois vem Agronômica (99,26%) e Bela Vista do Toldo (99,23%). Formosa do Sul, no Oeste, é a cidade das raízes, uma vez que 90,92% dos moradores moram no município há mais de 10 anos. Ao contrário de Vidal Ramos, no Vale do Itajaí, onde 67,86% estão na cidade há menos de um ano (IBGE, 2011).

Em pesquisa realizada pelo IBGE divulga em 2013 na recontagem da população brasileira mostrou que no Estado de Santa Catarina a cidade mais procurada pelos migrantes foi Araquari, no Norte do Estado. A recontagem do IBGE mostrou que Araquari é o município de Santa Catarina com maior aumento nos últimos dois anos. O crescimento chegou a 10,00%. Com 26 mil habitantes, as instalações de indústrias metalúrgicas são as grandes responsáveis por esse crescimento. A estimativa é que as migrações para a cidade cresçam ainda mais com a instalação da unidade da empresa alemã BMW. Expectativas da Associação Empresarial e Agrícola de Araquari (ACIAA) é que como resultado das migrações a população aumente em 50,00% nos próximos 10 anos (DIÁRIO CATARINENSE, 2012).

Como aponta o trabalho de Baeninger (2012) em que o século XXI anuncia a expansão dos espaços da migração no Brasil que serão demarcados pelo crescimento das áreas de rotatividade migratória, embora que as migrações interestaduais continuem apresentando decréscimos em seus volumes. Porém segundo estudo de Baeninger (2012, p. 83) esse decréscimo “[...] não implica em uma tendência de estagnação das migrações; ao contrário,

denota outros arranjos da própria migração interna, bem como seus atuais desdobramentos, com novas modalidades de deslocamentos populacionais em âmbitos locais e regionais”. É neste contexto que se insere Santa Catarina num movimento migratório das regiões do Planalto Serrano, Oeste e Extremo Oeste para as regiões litorâneas.

Dentro do movimento migratório interestadual, de todos os migrantes brasileiros com destino a Santa Catarina, a maioria veio da Região Sul (67,81%). Neste período de dez anos, o estado recebeu mais migrações do Paraná (40,00%) e do Rio Grande do Sul (30,00%). Dos 638.494 mil migrantes que Santa Catarina recebeu entre 2000 e 2010, 212.702 vieram do Paraná, seguidos dos gaúchos 162.422. No período, Santa Catarina recebeu 20.872 imigrantes estrangeiros. A maior parcela ficou para os Estados Unidos, com 4.418, seguidos do Paraguai, 2.630 e Argentina, 1.984. Enquanto que no período de 1995 a 2000, movimentou-se 30,6 migrantes para cada mil habitantes, valor que caiu para 26,3 migrantes para cada grupo de mil entre 2005 e 2010 (IBGE, 2011).

No que compete aos fluxos migratórios, até os fins da década de 1970 o movimento migratório era uma marcha pela esperança de uma vida melhor. Já após 1980 era uma forma de marcha pela sobrevivência (CANO, 2008). Usando das palavras de Menezes (2000, p. 4) “A migração seria vista como uma estratégia para as pessoas maximizarem o seu acesso às oportunidades irregularmente repartidas no espaço e desigualmente disponíveis no tempo”. Na interpretação de Brito [et. al] (2012, p. 6),

A mobilidade espacial da população, em especial, a migração interna, é um fenômeno estrutural e, como tal, não se apreende as suas grandes transformações a não ser do ponto de vista histórico. No Brasil, em particular, as migrações internas se constituíram em um dos determinantes estruturais mais importantes da formação das suas sociedade e economia contemporâneas. Não seria equivocado afirmar que as migrações acompanharam a nossa história desde o período colonial, passando pelo Império e chegando à República.

No tocante da riqueza estadual, a concentração da população acompanha a concentração dos meios de produção e consumo. Com base nos dados do PIB municipal, enquanto que em 1999 os dez municípios mais ricos concentravam 46,90% do PIB estadual, em 2010 passaram a concentrar 50,60%. Destaque para o crescimento de 897% no PIB de Itajaí (586% acima do crescimento estadual no período), crescimento este sustentado pelo programa de incentivo fiscal Pró-Emprego criado em 2007 que reduziu a alíquota de ICMS de 17,00% para 3,00% no ato do desembaraço aduaneiro. Exemplo é que das 817 empresas beneficiadas pelo enquadramento do programa entre 2007 e 2011 119 delas se instalaram em

Itajaí, 88 em Joinville, 46 em Blumenau e 42 em Florianópolis, o que significa uma representação de 40,51% (GOULARTI, 2014).

Decorrente dos incentivos fiscais que favoreceram Itajaí, isso fez com que diversas empresas transferissem o seu faturamento para lá. Muitas empresas que antes realizavam a apuração do imposto em municípios da região Oeste do Estado passaram a realizar em Itajaí. As transformações das exportações e importações da economia catarinense pós-2007 vem alterando a configuração urbano-regional no Estado, reforçando especializações regionais. Ademais, a concentração dos investimentos públicos e privado no Litoral e as melhores condições de infraestrutura e da logística da região portuária na região litorânea acabam contribuindo na reestruturação do ordenamento territorial do Litoral, por consequência aumentando a migração interna para a região portuária e litorânea.

Dentro da reestruturação da administração pública, com as Secretarias de Desenvolvimento Regional pretendia-se “[...] combater a litoralização, que vem esvaziando, dramaticamente, o campo, e inchando, deformando as cidades, a começar por nossa bela Capital” (SILVEIRA; MOREIRA, 2002, p. 1). Mas o que vimos (Mapa 1) é que de 2000 a 2010 das dez cidades que mais cresceram, sete ficam no Litoral. Não diferente do Censo de 2000 que das dez cidades catarinenses em que a população mais cresceu (entre 1991 a 2000) oito estão no Litoral. O Censo mostra ainda que os municípios que mais perderam população situam-se na região do grande Oeste (IBGE, 1991; 2011).

O processo de migração das populações não se constituiu uma novidade histórica. Os países capitalistas de primeira geração (Inglaterra) e os de segunda geração (Europeus, Estados Unidos e Japão) apresentaram todos a mesma tendência, ou seja, uma maciça transferência da população que reside nas zonas rurais para as cidades. Mas a questão que levantamos é que os dados apresentados no Censo 2010 mostram que os objetivos pretendidos com a criação das 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional em 2003 (atualmente são 36) não foram logrados, ou melhor, não se estancou o processo de urbanização e muito menos de litoralização (GOULARTI, 2014b).

Ao mesmo tempo em que concentram a maior parte da população estadual, as regiões de Joinville, Blumenau e Florianópolis concentram 55,70% do número total de empregos formais do Estado, 55,60% do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria, 60,40% do VAB do setor de serviços, 9,20% do VAB agropecuário, 49,10% do consumo industrial de energia elétrica, sendo somente o município de Joinville representa 22,50% e 67,10% do consumo comercial de energia elétrica (SANTA CATARINA, 2013). Outra observação é que o

crescimento da rede urbana está relacionado com a perda da participação do setor primário na composição do PIB estadual – que compunha 48,10% em 1950 passa para 38,30% em 1970 depois para 23,10% em 1990 e 8,20% em 2010.

Compreender as relações que se estabelecem a partir das novas determinações sobre os processos de urbanização em Santa Catarina, bem com o impacto sobre a rede urbana brasileira é uma tarefa que precisa ser aprofundada, especialmente dentre as figuras públicas. Lefebvre (2008, p. 49) ao pesquisar sobre a “revolução urbana” coloca que “Atualmente o fenômeno urbano surpreende por sua enormidade; sua complexidade ultrapassa os meios do conhecimento e os instrumentos da ação prática”. Contudo, para tamanha complexidade gerada pelo processo de urbanização, Maricato (2000, p. 169) defende em sua pesquisa que para “A construção da nova matriz urbanística passa pela eliminação da distância entre planejamento urbano e gestão”.

Embora as transformações – o fenômeno urbano, a revolução urbana, a arrebentação urbana ou a urbanização suportável – em Santa Catarina sejam de menores proporções que Rio de Janeiro (Capital), São Paulo (Capital), Distrito Federal (Brasília), Ceará (Fortaleza), Bahia (Salvador), Minas Gerais (Belo Horizonte), Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e demais estados brasileiros, o caos urbano explodiu e veio para ficar. Embora o Censo 2010 tenha demonstrado que a taxa de fecundidade, a taxa de urbanização e a migração tenham diminuído, a sociedade urbana contemporânea imprime com maior força e com maior intensidade as contradições da sociedade capitalista.

#### **4. SANTA CATARINA NO MAPA DA VIOLÊNCIA**

Com o processo de concentração e centralização da riqueza em poucas cidades, as migrações são uma consequência. Todavia o resultado tem sido o aumento considerável da criminalização e da violência urbana. Por exemplo, entre os jovens de 15 a 29 anos, o homicídio por arma de fogo passou de 4.415 vítimas, em 1980, para 24.882, em 2012, representando 463,64% de aumento nos 33 anos no período considerado. Existe escassez de fontes e poucas alternativas para aprofundar estudos sobre a cor das vítimas de armas de fogo, mas as taxas de homicídios de brancos caíram entre 2003 e 2012 de 14,52 para 11,82 em 100 mil brancos, enquanto as taxas de homicídios de negros aumentam de 24,93 para 28,57: as taxas brancas caem 18,74% e as negras aumentam 14,13%. Em Santa Catarina a taxa de homicídios (por 100 mil) da cor branca aumentou de 6,01%, em 2002, para 8,03%, em 2012,

enquanto que as da cor negra passaram de 10,54 para 10,91%, no mesmo período (WAISELFISZ, 2014).

A urbanização acelerada gerou uma série de efeitos complexos que superdimensionaram vários problemas de ordem municipal, multiplicando seus tamanhos e custos, tornando-os, assim, problemas regionais, estaduais ou mesmo federal. Esse efeito estimulou o aumento da especulação imobiliária, encareceu sobremodo os custos da infraestrutura urbana e piorou a qualidade de vida urbana. Além disso, o elevado encarecimento da moradia e a omissão e corrupção política dos órgãos públicos amplificou também a ocupação de espaços impróprios para assentamentos humanos, como morros, encostas, alagadiços e outros. Desta forma, do ponto de vista social, a exclusão tornou-se menos rural e mais urbana, onde se combina a concentração da riqueza com a exclusão social e a marginalidade (DINIZ, 2005).

O Mapa da Violência apresenta uma visão panorâmica e simultaneamente do fenômeno da violência homicida no país, o que permite uma compreensão melhor do problema da violência urbana. A média de homicídios em 2012 é maior que a registrada nos últimos anos – em 2010, foi de 2,4 mortes por dia. Em 2008, eram 2,1. Onde há maior conurbação urbana há mais mortes. Oito das 10 cidades mais populosas estão no Litoral. É justamente no Litoral que os homicídios mais acontecem. Joinville e Florianópolis, que têm o maior número de habitantes, estão também empatadas no topo do *ranking* dos homicídios no estado. Ademais, o Mapa da Violência nos mostra que uma pessoa é assassinada a cada oito horas em Santa Catarina (WAISELFISZ, 2014).

Embora a taxa média de homicídio em Santa Catarina seja a menor do Brasil, de 2000 para 2012 houve um crescimento de 7,90% para 12,80%. Esse crescimento é pequeno quando comparado com Alagoas, que passou de 25,60% para 66,80%; Pará, de 13,00% para 45,90%; Ceará, de 16,00% para 29,70%; Maranhão, de 6,10% para 22,50%; e Paraíba, de 15,10% para 38,60%. No contexto nacional, os Estados mais pobres são aqueles que apresentam a maior taxa de homicídios, enquanto que estados como São Paulo e Rio de Janeiro registram queda, 42,20% para 13,90% e 51,00% para 26,20%. No geral a taxa de homicídios cresceu no Brasil, atingindo, em 2012, o maior índice de que se tem registro desde 1980, ou seja, passou de 49.695 em 2002 para 56.337 em 2012 (WAISELFISZ, 2014).

Tabela 5 – Homicídios em Santa Catarina (2008-2012)

Município	Número de Homicídios				
	2008	2009	2010	2011	2012
Joinville	86	89	83	76	86
Florianópolis	91	84	97	87	65
Criciúma	22	23	28	31	55
Chapecó	47	35	42	62	46
São José	38	51	43	53	41
Itajaí	63	71	57	57	38
Camboriú	10	27	17	22	32
Blumenau	30	25	32	27	28
Palhoça	20	12	12	14	22
Lages	14	14	26	22	20
Jaraguá do Sul	11	6	12	18	19
Balneário Camboriú	28	25	30	17	18
<b>Total</b>	<b>460</b>	<b>462</b>	<b>479</b>	<b>486</b>	<b>470</b>
<b>Total Santa Catarina</b>	<b>789</b>	<b>800</b>	<b>812</b>	<b>797</b>	<b>816</b>

Fonte: WAISELFISZ, 2014 - Mapa da Violência.

No *ranking* da tabela aparece o município de Joinville, a cidade mais populosa do estado como também aquela que apresenta um elevado grau de complexidade industrial. Das 12 cidades mais violentas, duas observações a serem relacionadas: são estes os municípios mais populosos do Estado como também os que detêm maior participação no PIB estadual. Na média, os municípios relacionados na tabela acima representam 58,60% dos homicídios e 42,20% da população estadual. Cidades como Navegantes, Araquari e São Francisco do Sul que não estão nominadas também apresentam taxa de homicídios acima da média estadual. Quando retratado por região, a maior incidência em homicídios localiza-se na Região Metropolitana (RM) da Foz do Rio Itajaí, seguido da RM de Florianópolis e RM do Norte/Nordeste. Por último, ao abrirmos ainda mais os dados do Mapa da Violência, verifica-se que a taxa de homicídio nos municípios com população entre 2 mil e 10 mil habitantes praticamente não existe. As maiores incidências de homicídios estão concentradas nas cidades acima de 20 mil habitantes (WAISELFISZ, 2014).

As áreas mais violentas do Estado são justamente as cidades mais populosas e onde se concentram a maior parte da produção e o consumo estadual. Enquanto que a taxa de homicídios diminuiu 34,72% nos municípios de até 5 mil habitantes, cresceu 81,58%, 90,11% e 127,50% nos municípios de 50 a 100 mil, 100 a 200 mil e 200 a 500 mil. Isso mostra que os municípios que receberam migrantes e imigrantes são aqueles que apresentam maior índice de

violência e aqueles que perderam população residente são os que sequer aparecem nas estatísticas de homicídios(WAISELFISZ, 2014).

Tabela 6 – Taxa de homicídio (100 mil habitantes) por tamanho de município (2000-2010)

Tamanho do Município	Homicídios 2000		Homicídios 2010		Δ % Taxas	Nº Municípios
	Nº	Taxa	Nº	Taxa		
Até 5 mil habitantes	25	7,2	16	4,7	-34,72	108
De 5 a 10 mil	34	7,7	40	8,6	11,69	64
De 10 a 20 mil	46	6,4	51	6,2	-3,13	60
De 20 a 50 mil	60	7	105	10,4	48,57	34
De 50 a 100 mil	61	7,6	160	13,8	81,58	15
De 100 a 200 mil	89	9,1	209	17,3	90,11	8
De 200 a 500 mil	65	8	171	18,2	127,50	3
Acima de 500 mil	46	10,7	83	16,1	50,47	1

Fonte: WAISELFISZ, 2014 - Mapa da Violência.

Abrindo os dados da violência urbana em Santa Catarina é possível observar que a incidência de crimes está na faixa etária entre 25 e 35 anos onde o motivo principal da ocorrência é o “não esclarecido”, seguido pelo tráfico. Outro ponto a ser observado é o local do crime. As áreas mais violentas nas cidades de Joinville, Florianópolis, Criciúma, Chapecó, São José e Itajaí como nas demais, são áreas onde concentram uma população com menor renda salarial, baixa escolaridade, emprego precário e piores condições de moradia urbana. O Mapa da Violência 2014 revela ainda que enquanto a taxa de homicídio na população branca é 12,20%, na população negra são 17,00%, sendo que a taxa de homicídio na população negra jovem é 33,10% e na branca 22,10% (WAISELFISZ, 2014).

Por último, dados publicados em 2011 pela Secretaria de Estado da Segurança de Santa Catarina apontaram que 151 municípios catarinenses não registraram ocorrência dolosa que resultaram em morte, em 2012 foram 150 e em 2013 foram 142 cidades. As tipificações consideradas para este levantamento não são apenas de homicídios, mas também de latrocínio, confronto com a polícia que resulta em morte, lesão corporal seguida de morte e infanticídio. Em 2014 (até junho) 194 cidades que não registraram homicídios, o equivalente a 65,76% dos municípios catarinenses (SANTA CATARINA, 2014).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o processo de migração em Santa Catarina, é possível perceber que nas últimas décadas o estado têm recebido mais migrantes do que expulsado e que a população residente do Planalto Serrano e no Grande Oeste está migrando para o Litoral. Embora se registre um declínio na taxa de fecundidade nas últimas décadas, a urbanização e a litoralização mantiveram-se em ritmo acelerado, agravando ainda mais a crise social e aumentando os índices de violência.

Embora Santa Catarina possua um pouco mais de 6 milhões de habitantes, uma cidade acima de 500.001 mil, duas entre 300.001 e 500.000 mil e uma entre 200.001 e 300.000 mil habitantes e não possua um grande centro urbano a exemplo das metrópoles brasileiras, cidades como Florianópolis, Joinville, Blumenau seguido de Criciúma, Chapecó e Itajaí apresentam características semelhantes a problemática das grandes cidades brasileiras. Com a especulação imobiliária que reserva os melhores terrenos da cidade a população mais rica, os migrantes pobres de outros estados e do próprio estado foram morar nos morros, encostas de morros, beira de rios e áreas de risco, transformando a problemática urbana em problemática social.

Com processo de urbanização e crescimento desordenado das cidades litorâneas, em 2003 o governo catarinense criou 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional com objetivo de frear a litoralização. Hoje são 36 Secretarias Regionais e o processo de migração das regiões da Serra Geral e do grande Oeste rumo ao Litoral continuou conforme dados apresentados pelo Censo 2010. Registra-se, também, que na última década houve um processo de centralização e concentração da riqueza. As dez cidades com a maior participação no PIB em 2000 aumentaram sua concentração, passando de 46,90% para 50,60% em 2010. Todavia, estas cidades que apresentam um elevado grau de complexidade industrial e detêm maior participação no PIB estadual são também as mais violentas.

Ao longo dos últimos 70 anos, pode-se dizer que não foi por falta de planejamento, planos e legislações urbanísticas que as cidades catarinenses cresceram e estão crescendo de forma desordena, isto porque neste período foram criados diversos Planos Territoriais com foco no planejamento e no desenvolvimento. Entre eles incluem-se a Política de Desenvolvimento Regional e Urbano para Santa Catarina, Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico, Atlas de Santa Catarina, Santa Catarina, estado onde investir, Plano Básico de Desenvolvimento Regional, Zoneamento Ecológico Econômico, Programa

Integrado de Desenvolvimento Socioeconômico, Plano de Gerenciamento Costeiro. São planos que buscaram o diálogo e a organização dos sujeitos à escala regional. Poderíamos acrescentar a criação das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, as 21 Associações de Municípios, as seis Mesorregiões, as 20 Microrregiões geográficas definidas pelo IBGE, os 16 Comitês de Bacias Hidrográficas, os 16 Fóruns de Desenvolvimento Regional e as onze Regiões Metropolitanas.

Nas últimas décadas a análise dos resultados apresentados permite afirmar que Santa Catarina vem vivenciando um amplo processo de transformação, no que se refere a sua distribuição populacional. Uma dessas transformações é que enquanto que os municípios litorâneos receberam migrantes e apresentaram crescimento populacional acima da média estadual, os municípios do Planalto Serrano e do Oeste catarinense nas últimas décadas sofreram uma redução populacional ou apresentaram saldos migratórios negativos, ou seja, estão vivenciando um processo de desruralização.

A despeito da velocidade do processo de urbanização nas regiões mais industrializadas, há que entendê-lo como parte de uma urbanização suportável, dada a existência de mecanismos de assentamento e acomodação das camadas de baixa renda, em termos de possibilidade de uma periferização ainda próxima aos centros urbanos, acesso a lotes baratos ou ocupação de áreas de risco, como morros, alagados e outras áreas ruins ou inapropriadas. O avanço da urbanização, da especialização regional e da inserção externa da economia catarinense no mercado internacional fará com que a questão urbana e a política habitacional passem a ser vistas com outro olhar. Daí hoje o grande desafio para o estado de Santa Catarina e também para os governos municipais e federal, ser a administração dessas aglomerações urbanas como também a explosão da violência urbana nas últimas décadas.

Ademais, a questão é tencionar os que produzem o espaço urbano (os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos) para a construção de uma cidade e um espaço urbano com condições dignas de moradia, de sobrevivência e de qualidade de vida. Por último, outra questão é saber se a sociedade urbana que está cada vez mais num processo de conurbação saberá evitar o aumento desenfreado da violência e da criminalização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, R. (2012) **Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil**. Ver. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XX, Nº 39, p 77-100, jul./dez.

BRITO, F. [et. al] (2012) **A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI** : mudança no padrão migratório. Belo Horizonte (MG) : UFMG/CEDEPLAR. 26 p. : il. - (Texto para discussão, 465)

CANO, W. (2008) **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo (SP) : Ed. UNESP. 294p.

\_\_\_\_\_. (2012) **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Local de publicação, 13, junho.

DIÁRIO CATARINENSE. **Entrevista: Raimundo Colombo, Governador**. Florianópolis (SC) : 23/10/2012. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/clipping/23102012>>. Acesso em: 21 de junho de 2015.

DINIZ, C. (2005). Território e Nação. In: IPEA. **Brasil: o Estado de uma Nação**. Brasília, IPEA, p. 158-197.

GOULARTI, J. G.(2014) **Desenvolvimento Desigual: incentivos fiscais e acumulação em Santa Catarina**. Florianópolis (SC) : Ed. Insular, 192p.

\_\_\_\_\_.(2014b) **Um decênio das secretarias de desenvolvimento regional em S. Catarina: o que mudou?** VIII Encontro de Economia Catarinense. Data: 08 e 09 de maio de 2014. UNIDAVI, Rio do Sul – SC Área Temática: Economia regional e urbana.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (1991) **Censo Demográfico 1991: famílias e domicílios**. Resultados das amostras. Rio de Janeiro (RJ) : IBGE, nº 22, p.1-232.

\_\_\_\_\_. (2000) **Censo Demográfico 2000: Características da população**. Resultados da Amostra. Rio de Janeiro (RJ) : IBGE, p.1-178.

\_\_\_\_\_. (2011) **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios**. Resultados do universo. Rio de Janeiro (RJ) : IBGE, 270p.

\_\_\_\_\_. (2011b) **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro (RJ) : IBGE, v. 31, p.1-135.

LEFEBVRE, H. (2008) **A revolução urbana**. – Tradução de Sérgio Martins – Belo Horizonte (MG) : Ed. UFMG, 176p.

MARICATO, E. (2000) As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O., VAINER, C. & MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis (RJ): Vozes, p. 121-192.

MENEZES, M. L. P. (2000) **Tendências atuais das migrações internas no Brasil**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Nº 69 (45), ago.

SANTA CATARINA. (2013) **Cadernos de indicadores**: Santa Catarina e suas regiões. Florianópolis (SC) : Diretoria de Planejamento Orçamentário. 189p.

\_\_\_\_\_. (2014) **SC é o Estado com menor taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes**. Disponível em: < <http://www.sc.gov.br/mais-sobre-seguranca-publica/sc-e-o-estado-com-menor-taxa-de-homicidios-a-cada-100-mil-habitantes>> Acesso em 03 de agosto de 2015.

SILVEIRA, L. H. MOREIRA, E. P. (2002) **Plano 15**: por toda Santa Catarina. Florianópolis (SC) : Plano de Governo 2003-2006.

WASELFISZ, J. J. (2014) **Mapa da Violência**: os jovens do Brasil. Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília (DF) : 189p.

Artigo recebido em março de 2015 e aprovado em julho de 2015.